CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 22/07/2023 - 05:56

Governo restringe acesso de CAC's a arma e munição

Um limite na sanha armamentista dos CACs

Decreto assinado pelo presidente Lula restringe a compra de armas por caçadores, atiradores esportivos e colecionadores, em resposta à flexibilização feita pela gestão Bolsonaro. O controle dos equipamentos passará do Exército para a Polícia Federal

» VICTOR CORREIA

O governo federal endureceu as regras para compra e uso de armas. O decreto assinado, ontem, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva reduz o número de armas que caçadores, atiradores esportivos e colecionadores (CACs) podem comprar, restringe o acesso a alguns calibres e prevê que o controle dos armamentos passará do Exército para o Polícia Federal. Também foi definido um limite de horário para funcionamento de clubes de tiro.

O decreto é o cumprimento de uma promessa de Lula, após o governo Bolsonaro flexibilizar o acesso da população a armas de fogo. As novas medidas freiam a farra de compras desses equipamentos por parte de CACs. O limite para caçadores caiu de 30 para seis armas; atiradores esportivos, de 60 para até 16; e colecionadores, de cinco de cada modelo para uma de cada modelo. Já para o cidadão comum, passou de quatro para até duas, com comprovação de efetiva necessidade — exigência que antes não existia. Ainda pelas novas regras, pistolas de calibre 9mm, .40 e .45 voltarão a ser de uso exclusivo das forças de segurança.

Além disso, não haverá mais o chamado porte de trânsito, que permitia aos CACs andarem com a arma carregada de casa para o clube de tiro. O transporte agora terá de ser com o equipamento desmuniciado e dependerá da emissão de uma guia de tráfego, com trajeto e duração preestabelecidos.

Outro ponto do decreto é a diminuição da validade do registro das armas: de 10 anos para cinco ou três anos, a depender do caso. Já clubes de tiro tiveram seu funcionamento regulamentado. Poderão abrir das 6h às 22h e devem ser instalados a, pelo menos, um quilômetro de escolas (**veja na arte os principais pontos**).

Em discurso no Palácio do Planalto, Lula frisou que o decreto desfaz a flexibilização promovida pelo então presidente Jair Bolsonaro. "Uma coisa é um cidadão ter uma arma em casa, de proteção e garantia, porque tem gente que acha que ter arma em casa é segurança. Que a tenha, mas a gente não pode permitir que tenha um arsenal de armas na casa das pessoas", declarou.

Segundo Lula, o governo não tem informações de que as armas vendidas foram apenas para "pessoas honestas, decentes", já que não houve controle nos últimos anos. "É por isso que a gente vai continuar lutando por um país desarmado. Quem tem que estar armado é a polícia brasileira, são as Forças Armadas. O que nós temos de baixar é o preço dos livros", ressaltou.

Recompra

Em coletiva de imprensa logo após o evento, o ministro Flávio Dino afirmou que o governo optou pelo caminho do "convencimento", e não vai recolher, pelo menos em um primeiro momento, as armas que não se enquadram nas novas regras. Até o fim do ano, será lançado um programa de recompra voluntário, com orçamento previsto de R$ 100 milhões.

"Vamos trabalhar agora nessa portaria, fixando, mais ou menos, os valores para que seja atrativa essa recompra. Os armamentos recolhidos serão destinados às polícias e às guardas municipais. É uma forma de também fortalecer a capacidade de resposta das polícias", pontuou.

Quem tiver adquirido armas nas regras anteriores e extrapolar o limite máximo estabelecido no concreto não precisará devolver, mas ficará impedido de comprar novas peças. Dino, porém, não descartou que o governo tome medidas mais enérgicas no futuro. "Temos um caminho progressivo e de persuasão. Podemos mudar isso mais adiante, mas não haverá essa obrigatoriedade", enfatizou.

Questionado sobre as novas regras para clubes de tiros, o ministro explicou que tanto os estabelecimentos quanto os CACs terão a fiscalização bastante reforçada, por determinação, inclusive, do Tribunal de Contas da União (TCU). "O que aconteceu é que tem muita atividade ilegal disfarçada nesse conjunto. Ou seja, existem, na sua imensa maioria, clubes de tiro certos, que funcionam de acordo com a lei. Mas dezenas funcionam como fachadas, por exemplo, para o tráfico de armas", disse.

O Instituto Sou da Paz elogiou as medidas do governo. "O decreto representa mais um passo na retomada de parâmetros responsáveis e de segurança jurídica no controle de armamentos no Brasil", afirmou, em nota. "O Instituto Sou da Paz e o Instituto Igarapé, que trabalharam juntos para deter a política armamentista adotada pelo governo anterior — durante o qual o acervo de armas particulares dobrou para quase três milhões de unidades —, acreditam que a nova norma é fundamental para a reversão desse quadro", acrescentou.

Principais pontos

Veja o que diz o novo decreto

CONTROLE
A fiscalização de armas e munições, hoje feita pelo Exército, passará gradualmente para a Polícia Federal

USO RESTRITO
Pistolas nos calibres 9mm, .40 e .45 ACP voltarão a ser de uso exclusivo das forças de segurança, assim como armas longas de alma lisa semiautomáticas

REDUÇÃO DO LIMITE DE ARMAS E MUNIÇÕES

Defesa pessoal (cidadão comum)
- Até duas armas de uso permitido, com comprovação de efetiva necessidade
- Até 50 munições, por arma, ao ano

Caçadores excepcionais
- Até seis armas
- Até 500 munições, por arma, ao ano
- Necessidade de autorização do Ibama

Colecionadores
- Uma arma de cada modelo, tipo, marca, variante, calibre e procedência
- Vedadas as automáticas e as longas semiautomáticas de calibre de uso restrito cujo primeiro lote de fabricação tenha menos de 70 anos

Atiradores desportivos (os níveis foram retomados)

Atirador Nível 1
Definição: oito treinamentos ou competições em clube de tiro, em eventos distintos, a cada 12 meses
- Até quatro armas de fogo de uso permitido
- Até quatro mil cartuchos, por ano
- Até oito mil cartuchos .22 LR ou Short por ano

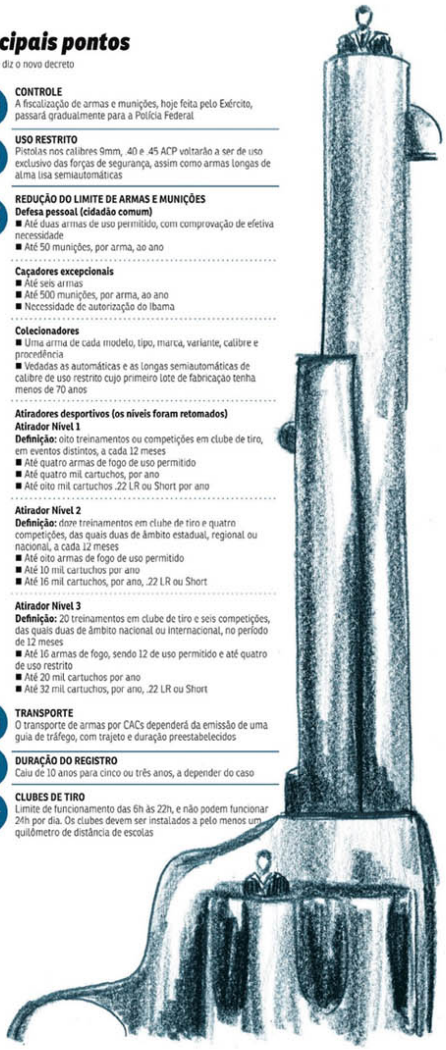
Atirador Nível 2
Definição: *doze* treinamentos em clube de tiro e quatro competições, das quais duas de âmbito estadual, regional ou nacional, a cada 12 meses
- Até oito armas de fogo de uso permitido
- Até 10 mil cartuchos por ano
- Até 16 mil cartuchos, por ano, .22 LR ou Short

Atirador Nível 3
Definição: 20 treinamentos em clube de tiro e seis competições, das quais duas de âmbito nacional ou internacional, no período de 12 meses
- Até 16 armas de fogo, sendo 12 de uso permitido e até quatro de uso restrito
- Até 20 mil cartuchos por ano
- Até 32 mil cartuchos, por ano, .22 LR ou Short

TRANSPORTE
O transporte de armas por CACs dependerá da emissão de uma guia de tráfego, com trajeto e duração preestabelecidos

DURAÇÃO DO REGISTRO
Caiu de 10 anos para cinco ou três anos, a depender do caso

CLUBES DE TIRO
Limite de funcionamento das 6h às 22h, e não podem funcionar 24h por dia. Os clubes devem ser instalados a pelo menos um quilômetro de distância de escolas



Ataques a escolas

Além do novo decreto sobre armas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Justiça, Flávio Dino, assinaram, ontem, outras medidas voltadas à segurança pública.

O governo resolveu adiantar os repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) aos estados, no valor de R$ 1 bilhão. O montante se soma aos R$ 2 bilhões já disponíveis no fundo.

Ainda para os estados, serão repassados R$ 170 milhões para o Programa Escola Segura, destinado a reforçar a segurança nas instituições de ensino, após a onda de ataques que deixou mortos.

O governo também enviará um Projeto de Lei (PL) ao Congresso Nacional para tornar ataques às escolas crimes hediondos, que têm pena de 12 a 30 anos de prisão, sem fiança, indulto ou anistia.

"Do jeito que está hoje, se a vítima em um ataque a escola é uma criança de 11 anos de idade, é crime hediondo. Mas se ela tem 15, mais de 14, não é. Isso não tem cabimento, e é algo que estamos mudando", explicou Dino, em entrevista coletiva.

Outros projetos de lei que serão enviados ao Congresso têm como alvo os atos antidemocráticos. O governo quer autorizar a apreensão de bens, bloqueio de contas bancárias e ativos financeiros nos casos de crimes contra o Estado Democrático de Direito, além de aumentar as penas para delitos do tipo. A reclusão pode variar de seis a 12 anos para quem organizar e liderar movimentos antidemocráticos, até 20 a 40 anos, para crimes que atentem contra a vida dos presidentes da República, Câmara, Senado, o vice-presidente da República, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o Procurador-Geral da República (**leia mais na página 5**).

O governo anunciou ainda um plano de reforço na segurança para a região da Amazônia Legal, com investimento de R$ 2 bilhões (**veja reportagem na página 6**).

Cultura

O Ministério da Justiça também anunciou a publicação de um edital de chamamento público para seleção de projetos e manifestações culturais em territórios com alto índice de violência e vulnerabilidade social. O chamamento será feito no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci 2).

O edital foi um dos pontos destacados por Dino, durante a cerimônia. "Esse edital sobre a cultura tem o dever de ser como as mães e os pais das periferias deste país, que não desistem dos seus filhos. O Estado brasileiro não pode ser menos do que as famílias do povo mais pobre, simples e humilde", enfatizou. "Temos de chegar perto das pessoas que precisam, e a cultura é uma forma de disputar com o mundo do crime, a juventude brasileira", argumentou o ministro. (**VC, com Agência Brasil**)

Saiba mais

Controle com a Polícia Federal

A normatização e fiscalização de CACs e clubes de tiro eram responsabilidade do Exército. Agora, o registro, a fiscalização e a definição de normas passam a ser da Polícia Federal. Esse foi um dos principais impasses na reformulação das regras, só resolvido na véspera da assinatura do decreto. A migração de responsabilidades ocorrerá a partir de um termo de cooperação entre os ministérios da Defesa e da Justiça e Segurança Pública. O ministro da Justiça, Flávio Dino, explicou que a mudança deve levar até seis meses. "Envolve, em primeiro lugar, um prazo para que haja a migração progressiva de algumas competências do Exército para a PF mediante acordo de cooperação. Isso se deve, sobretudo, à fiscalização. Esse prazo está previsto que seja de 180 dias", informou (veja reportagem na página 4).

Ricardo Stuckert/PR

A gente vai continuar lutando por um país desarmado. Quem tem que estar armado é a polícia, são as Forças Armadas. O que nós temos de baixar é o preço dos livros"

Luiz Inácio Lula da Silva, *presidente da República*

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Copyright © Clipclap 2025.